A IMPORTÃNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao longo da construção da criança enquanto sujeito social e da compreensão da importância da infância, o direito à educação foi assumindo um papel importante perante as famílias e sociedade. No entanto, esse direito somente era exercido apenas em caso médico ou assistencial.

Até a Constituição de 1988, o atendimento à criança de 0 a 3 anos estava concentrado na área de assistência social, cumprindo funções mais relacionadas aos cuidados básicos. O atendimento às crianças de 4 a 6 anos, por sua vez, surgiu já vinculado à escola e, consequentemente, aos processos educacionais. As marcas dessa vinculação são sentidas desde as denominações usadas historicamente: pré-primário e pré-escolar. (SALLES E FARIA, 2002, p.53).

A origem de pré-primário ou pré-escola definia à quem, como e onde iria desenvolver este trabalho.

É só a partir da década de 70 que a importância da educação da criança pequena é reconhecida e as políticas governamentais começam a, incipientemente, ampliar o atendimento, em especial das crianças de 4 a 6 anos. (KRAMER,1991, p.18).

Para o exercício do direito à educação KRAMER mostra que “essa educação ainda não está assegurada pela legislação, o que, evidentemente, dificulta a expansão com qualidade da educação para este nível”. Diante disso “a nova Carta Constitucional reconhece o dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para todas as crianças de 0 a 6 anos. ” (1991, p.18). A autora ainda cita:

No entanto, a fim de que esse reconhecimento se transforme em realidade, fazendo com que a educação pré-escolar se torne verdadeiramente pública, é necessário que haja legislação e recurso específicos, estabelecidos não só pela nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, mas também pelas Constituições Estaduais. (KRAMER, 1991, p.18).

A partir da nova legislação, entende-se que crianças de 0 a 6 anos usufrua de um espaço que promova experiências voltadas para as mesmas, contribuindo positivamente para seu aprendizado e desenvolvimento. SALLES e FARIA apontam “assim, a creche foi criada para atender prioritariamente às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que pudesse atender às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene”. (2002, p.53).

Na LDB/96, a Educação Infantil foi definida como primeira etapa da Educação Básica. Assim, as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são hoje consideradas instituições educativas de caráter coletivo, que têm o papel social de cuidar de crianças de 0 a 6 anos e de educá-las, de modo intencional. (SALLES E FARIA, 2002, p. 52).

A partir dessa perspectiva sobre a nova legislação, acredita- se que a educação infantil, bem como o trabalho pedagógico são essenciais para desenvolver as diversas habilidades da criança.

As atividades e situações propostas têm, portanto, o objetivo último de favorecer a exploração, a descoberta e a construção de noções, ou seja, o desenvolvimento e o maior conhecimento do mundo físico e social (da língua, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais), eixos básicos da função pedagógica da pré-escola. (KRAMER, 1991, p.21).

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, encontramos que uma das tarefas que a educação infantil assume é o papel de cuidar da criança. ” (FRANCO, 2002, p. 39).

Diante disso KRAMER fala que:

Por isso, reconhecemos a função pedagógica do trabalho com crianças de 0 a 6 anos, capaz de favorecer o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimentos, e consideramos como extremamente relevantes as contribuições que pode conferir à escola de 1º grau. (...) A escola de 1º grau e também a escola para as crianças até 6 anos têm a função de contribuir, junto com as demais instâncias da vida social, para as transformações necessárias no sentido de tornar a sociedade brasileira mais democrática. (KRAMER, 1991, p. 19).

Esses estudos influenciaram para a elaboração de um currículo apropriado, assim como também práticas pedagógicas elaboradas de acordo com a especificidade da criança, ciclos ou faixa etária em que a mesma se encontram.

“É a década de 90 que revela uma significativa produção sobre a educação infantil, e só recentemente passamos a contar comum grupo mais significativos de doutores na área”. (FRANCO, 2002, p. 23).

A autora ainda cita que

Alguns pesquisadores de destaque, como Campos (1986), Rosemberg (1999), Kramer (1994), Sousa (1996) e Kishimoto (2000), apontam que esta área obteve maior destaque no cenário nacional com a criação e atuação de uma Coordenadoria de Educação em 1995, somada ao fato da incorporação dessa etapa de escolarização ao sistema de ensino em 1998. (FRANCO, 2002, p. 23 e 24).

As transformações que a Educação Infantil vem sofrendo, requerem, cada vez mais, estudos, pois a transições históricas e sociais dos processos pedagógicos mostram-se ainda incipientes no que se refere às complexidades das novas tendências educacionais. (FRANCO, 2002, p. 24).

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, v.1, p.23).

SALLES e FARIA citam que “por outro lado, a pré-escola, desde a sua origem, era vista como uma etapa anterior à escola; daí o caráter de preparação para o ensino regular, que ainda marca muitas dessas instituições”. (2002, p. 53). Muitos profissionais não exerciam a função de cuidado, mas preparava as crianças para a escolarização futura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. V. I, II, III. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FRANCO, Márcia E. Wilke. *Compreendendo a Infância*. Porto Alegre: Mediação, 2002, 80p.

KRAMER, Sonia (coord.). *Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil*. São Paulo: Ática, 1991.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Editora Ática; 2012.

\*Trecho retirado do 2º capítulo do livro “Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais

elementos da proposta pedagógica” de Fátima Salles e Vitória Faria Editora Ática , 2012, 2ª edição (no

prelo).